

## O inimigo interno e a ordem política da nação: representações da ditadura civil militar na Revista Veja (1968-1969)

**Tamiris Carvalho**

Mestre em História pela UFSM  
[tamiris\\_preta@yahoo.com.br](mailto:tamiris_preta@yahoo.com.br)

**Fernanda de Santos Nascimento**

Doutoranda em História pela PUC-RS  
[fernandaisrael@gmail.com](mailto:fernandaisrael@gmail.com)

**RESUMO:** Este artigo pretende demonstrar como a revista semanal *Veja* construiu a ideia de inimigo nacional aos seus leitores durante os anos de 1968 e 1969. Neste período, a revista veicula uma série de reportagens procurando identificar quem seriam os inimigos da nação e quais seriam os seus objetivos. A publicação acaba por construir uma dualidade entre o amigo e o inimigo, definindo um forte caráter nacional ao seu discurso. Pretende, ainda, formalizar o discurso da ditadura civil militar em suas páginas, reafirmando a todo o tempo a existência de um clima subversivo que ameaçava a integridade da nação, como justificativa ao discurso da ordem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representação, Revista *Veja*, Discurso Nacional.

**ABSTRACT:** This article intends to demonstrate how the weekly magazine *Veja* built the idea of national enemy to their readers during the years 1968 and 1969. In this period, the magazine publishes a series of reports trying to identify who are the enemies of the nation and what are your intentions. The publication seeks to build a duality between friend and foe, setting a strong national character to his speech. It also seeks to formalize the discourse of civil military dictatorship in its pages, all the while reaffirming the existence of a subversive climate that threatened the integrity of the nation as a justification to the discourse of order.

**KEYWORDS:** Representation, *Veja* Magazine, National Discourse.

### Introdução

Este estudo tem por objetivo analisar as representações de amigo e de inimigo nacional difundidos na Revista *Veja* durante os anos de 1968 a 1969. Durante este período, é perceptível a difusão, por parte da Revista, de imagens e conceitos acerca do inimigo nacional, bem como um esforço na demarcação de símbolos característicos a este inimigo. Ao difundir imagens e conceitos acerca da nação, a Revista *Veja* construiu um conjunto de representações sobre as supostas ameaças que pairavam no Brasil naquele momento. Tais ameaças derivavam, segundo a Revista, daquilo que não se definia como propriamente nacional, sobretudo, a partir de uma demarcação política da identidade que percebia a nação de forma oposta em relação ao mundo comunista.

A *Revista Veja* foi lançada em 11 de setembro de 1968, com a proposta de ser uma grande revista semanal de informações para todos os brasileiros. Esta proposta figurava já em seu primeiro editorial. No texto era exposto o grande objetivo da publicação: ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros e em todo o território nacional.<sup>366</sup> No Brasil, o período era de crise política, motivada pelo golpe civil militar de 31 de março de 1964. Três meses mais tarde ao surgimento da revista, o AI-5 impunha severo controle à imprensa. A censura passou a ser uma constante e todos os órgãos de imprensa estavam sujeitos ao ato institucional. A violência política era um componente importante naquele período: a polícia repressiva agia de forma intensa contra aqueles que queriam o fim do regime.

Entendemos o conceito de ditadura civil militar como apreendido por René Dreifuss e Gilvan Dockhorn. O trabalho vanguardista de Dreifuss demonstrou como o complexo formado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi crucial para a tomada de poder pelos militares, visto que articulou alianças poderosas com a Escola Superior de Guerra e com o Serviço Nacional de Informações. A produção de relatórios, de informações e de propaganda anticomunista pelo complexo IPES-IBAD o tornou uma fonte independente para o Serviço Nacional de Informações (SNI).<sup>367</sup> Para Dockhorn, a ditadura civil militar foi um processo de reordenação do estado e rearticulação de forças, incluindo setores das forças armadas, da Igreja Católica e do empresariado – nacional e internacional – como força de coalização.<sup>368</sup> Embora Fico tenha acentuado o caráter militar da ditadura imposta no Brasil a partir de 1964 – concluindo pela correta utilização conceitual de *ditadura militar* - entendemos a necessidade do consenso entre as elites civis e militares para o golpe e sua posterior implantação.<sup>369</sup>

No princípio, *Veja* passou a investigar quem seriam os inimigos do Brasil, que muitas vezes eram chamados de terroristas, e quais as suas intenções. Para a revista, os atos espetaculares feitos pelos terroristas tinham como objetivo a derrubada do regime via subversão. Percebemos que a revista criou um clima de insegurança social, favorecendo a percepção, aos leitores, de que a

---

<sup>366</sup> Carta do Editor. *Revista Veja*, Edição n. 1, 11/9/1968, p. 20.

<sup>367</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964: *A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. Destaque, sobretudo, ao capítulo IX que trata do complexo IPES-IBAD, pgs. 417 a 455. Ainda sobre o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) consultar: MORAES, Thiago Aguiar de. *“Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”*: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). 228 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em História, Porto Alegre, 2012.

<sup>368</sup> DOCKHORN, Gilvan Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

<sup>369</sup> FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

situação estava fora de controle. De fato, os textos da revista contribuíram na construção de um ambiente de medo em relação à ameaça comunista maximizando, assim, a busca pela ordem política e social.

Nesse sentido, a ameaça ao Brasil era o subversivo, o terrorista e o guerrilheiro, expressões comumente utilizadas pela Revista *Veja* para identificar os inimigos da nação. Embora tais imagens pudessem estar associadas a grupos políticos que simplesmente radicalizavam, por meio da violência, sua política – o que incluía grupos de esquerda e de direita – era, sobretudo, ao temido comunismo que estes inimigos eram associados. O presente era um momento de decisão para o futuro da nação. Entre os grupos que atuaram durante o período deste artigo podemos citar a Aliança Libertadora Nacional (ALN), formada por Carlos Marighela e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Juntos, estes grupos sequestraram em setembro de 1969 o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. A maior parte das ações ocorridas neste período partiram de núcleos ligados a ALN e a liderança de Carlos Marighela.

### **A Revista *Veja* e a Construção do Inimigo**

O ano de lançamento da *Revista Veja* foi emblemático para o mundo: foi em maio de 1968 que a juventude francesa estremeceu Paris com suas reivindicações e pressões. O movimento em pouco tempo ganhou corpo recebendo, inclusive, apoio do Partido Comunista francês, desencadeando uma série de greves gerais que enfraqueceram politicamente o governo de Charles de Gaulle. No Brasil, 1968 foi também um ano simbólico: o discurso de Marcio Moreira Alves na Câmara dos Deputados foi o estopim para uma crise política e o pretexto para o fechamento do regime. Para os militares, a situação política do país estava fora de controle.

O caótico estado de coisas foi a justificativa para o governo baixar novo ato adicional. Para o general Lyra Tavares, os militares estavam perdendo as condições de manter a ordem no país.<sup>370</sup> É neste contexto que é lançada a revista semanal *Veja*. No editorial, Victor Civita apresentou o nascimento da Revista *Veja* e seus objetivos. A revista propunha ter um alcance nacional, rompendo com os regionalismos e o preconceito. A distância não seria um empecilho para que a revista circulasse por todo o Brasil. A própria revista, desde a sua primeira edição, trazia uma série de reportagens que contribuíam para a sensação de insegurança do seu público leitor: contribuía, nesse sentido, para a construção da imagem de um inimigo nacional. Quem era

---

<sup>370</sup> O jornal *A Folha de São Paulo* organizou um dossiê sobre o Ato Institucional No. 5 com diversas informações interessantes. Pode ser consultado em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/lyraTavares.html>. Acesso em 2 de dezembro de 2013.

o inimigo do Brasil e como *Veja* construiu essa imagem? Nas palavras do editor Victor Civita “*Veja* quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros”<sup>371</sup>.

A revista acaba por se enquadrar no que Gilbert Durand definiu como difusora de imagens. Conforme o autor, a mídia encontra-se onipresente “em todos os níveis de representação e de psique do homem ocidental ou ocidentalizado. A imagem midiática está presente desde o berço até o tumulo, ditando as intenções de produtores anônimos ou ocultos”.<sup>372</sup> Como difusora de imagens, a mídia – impressa ou imagética – tem papel determinante nos usos e costumes públicos e privados, bem como na difusão de ideologias. Assim, as imagens e o imaginário são sinônimos do simbólico.

Para Durand, o imaginário acaba por se constituir como um conector obrigatório para as representações humanas, cujas explicações possuem ligação com as estruturas psíquicas e sociais do homem enquanto ser humano. Nesse sentido, a imagem acaba por se converter entre intermediária de um inconsciente não manifesto e uma consciência ativa.<sup>373</sup>

Percebemos que a Revista *Veja*, no período analisado por este artigo, trouxe em seus editoriais e em suas reportagens uma série de ideias que ajudavam na construção do inimigo da nação brasileira. O discurso da revista também definiu a necessidade de eliminação deste inimigo, a fim de estabelecer uma ordem política e social ao país. Carl Schmitt chamou a atenção, em sua obra *O conceito do político*<sup>374</sup>, para a caracterização de *amigo* e de *inimigo* como fundamentais para pensar a política. Nesse sentido, suas ideias podem servir como perspectiva teórica para pensar tais categorias de representação da nação elaboradas pela revista. Para Schmitt, a definição do político passava pela possibilidade real de uma guerra. Ainda que o Brasil não estivesse em uma guerra do ponto de vista fático, o clima de opinião instaurado pela Revista *Veja* e por outras instituições de comunicação no Brasil colocava a possibilidade presente de uma guerra – mesmo que certas representações e ideias acerca da guerra carregassem alguma ambiguidade em termos de significado.

A definição de amigo e inimigo em Carl Schmitt, passa pelo conceito de política, que está relacionado à ideia de Estado. De acordo com o autor, quando os grupos sociais ascendem ao poder e exercem o monopólio político, o Estado não consegue exercer mais o seu papel de protetor. E com a pluralidade política renascem os conflitos internos. Dessa forma, para que o

<sup>371</sup> Carta do Editor. *Revista Veja*, Edição n. 1, 11/9/1968, p. 20.

<sup>372</sup> DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1999, p. 33.

<sup>373</sup> \_\_\_\_\_. *O imaginário: ensaio acerca das ciências*, p. 36.

<sup>374</sup> SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Petrópolis: Vozes, 1992.

Estado possa realizar a sua função de estabilização da ordem e mantenedor da paz é necessário que exista a eliminação da pluralidade.<sup>375</sup>

Dentro dessa pluralidade é que surge o amigo e inimigo, pois um é antítese do outro. Para Schmitt, a diferenciação entre amigo e inimigo tem o propósito de caracterizar o extremo grau de intensidade de uma união ou separação, de uma associação ou dissociação, podendo existir na teoria e na prática, sem que, simultaneamente, tenham que ser empregadas todas aquelas diferenciações morais, estéticas e econômicas.

Na definição de Schmitt, o inimigo é

Precisamente o outro, o desconhecido e, para sua essência, basta que ele seja, em um sentido especialmente intenso, existencialmente algo diferente e desconhecido, de modo que, em caso extremo sejam possíveis conflitos com ele, os quais não podem ser decididos nem através de uma normalização geral empreendida antecipadamente, nem através da sentença de um terceiro “não envolvido” e, destarte, “imparcial”.<sup>376</sup>

Em nossa análise, o inimigo foi aquele que era contra a ordem segundo a compreensão dos militares que estavam no poder desde o golpe de abril de 1964. E, como veremos, o inimigo é facilmente tratado como mal e feio. As definições baseiam-se nos valores a eles denominados, nas características a eles empreendidas.

Baseado nessas definições até mesmo uma escolha inconsciente do ser humano agrupa-se segundo os critérios de amigo e inimigo. Dessa forma, o inimigo não é o concorrente ou o adversário em geral. Tampouco é inimigo o adversário privado a quem se odeia por sentimentos de antipatia. Inimigo é apenas um conjunto de pessoas em combate, ao menos eventualmente, segundo a possibilidade real e que se defronta com um conjunto idêntico. Inimigo é somente o inimigo público, pois tudo o que se refere a um conjunto semelhante de pessoas, especialmente a todo um povo, se torna, por isso, público. Na Revista *Veja*, encontramos esse inimigo público, pois havia grupos unidos que lutavam contra a ordem institucionalizada pelos militares. Dessa forma, houve o confronto entre os militares e aqueles que eram considerados como inimigo do novo regime instaurado.

Schmitt diz que o Estado é quem pode determinar o inimigo e, por decisão própria, combatê-lo. O Estado, enquanto unidade política, concentrou em si mesmo uma imensa competência: a possibilidade de fazer guerra e, assim, o poder de interferir na vida das pessoas. O autor complementa que o desempenho do Estado normal consiste, sobretudo, em obter dentro do Estado e de seu território uma pacificação completa, produzindo segurança, ordem e

<sup>375</sup> \_\_\_\_\_. *O conceito do político.*, p. 19.

<sup>376</sup> \_\_\_\_\_. *O conceito do político.*, p. 28.

tranquilidade. Esse era o objetivo dos militares, através do combate ao inimigo de todas as formas, desde prisões até mesmo a eliminação (morte). E este combate não se restringiu somente ao inimigo interno: o Brasil agiu junto com outros países no combate ao inimigo. Assim, estabeleceu com os países do Cone Sul uma rede de conexões conhecida como Operação Condor.<sup>377</sup>

No editorial do dia vinte e três de outubro de 1968, foi noticiada a morte do capitão americano Charles Chandler, em São Paulo. A revista não identifica a autoria do ato, mas supõe que os terroristas seriam os assassinos do militar americano quando afirma “quem são os terroristas no Brasil? Que pretendem obter com suas explosões e com seus assassinios, com as chamadas bombas de plástico e com as rajadas de metralhadora?”<sup>378</sup>. O editorial ainda faz críticas as formas de atuação desses grupos “se sua intenção é derrubar o Governo, será que acham que poderão conseguir mudar o regime através de paredes que se despedaçam sob o impacto da dinamite ou pelo sangue que corre de mortos politicamente desconhecidos?”<sup>379</sup>. O texto transforma o inimigo em algo muito perigoso, capaz de eliminar pessoas ‘politicamente desconhecidas’, ou seja, pessoas comuns. Sugere ainda que o terrorismo é o passo inicial de um plano muito maior e questiona se estes terroristas teriam ligações diretas com os agentes subversivos e com os assaltos aos bancos.

Percebemos inicialmente que nesse período o inimigo no Brasil ficou conhecido como terrorista ou subversivo no discurso da revista. E a principal questão está relacionada a determinar quem é este inimigo que usa da violência na tentativa de derrubar o governo. Até esse momento não se sabe quem exatamente eles são. Logo, a pergunta é: quem é o inimigo do governo?

As inúmeras indagações induzem o leitor a pensar que o Brasil tem fortes inimigos que realizavam atos perigosos contra a Nação. A seguir, a reportagem afirma que “de qualquer modo, todas essas bombas, todas essas mortes, todo esse terror vão levar a alguma coisa só, há uma situação nova no Brasil”<sup>380</sup>. Ou seja, a presença do inimigo interno requer uma mudança, era preciso eliminá-lo. Para o editor, os confrontos entre as reações do governo e do povo, de um

---

<sup>377</sup> A Operação Condor foi uma aliança político-militar entre alguns países da América Latina (Chile, Uruguai, Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia) com o apoio norte-americano, levado a cabo nas décadas de 1970 e 1980, com o objetivo de coordenar a repressão a opositores dos regimes ditatoriais. Para mais informações ver: CUNHA, Luís Cláudio. *Operação Condor: o Sequestro dos Uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2009. DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no ConeSul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>378</sup> Editorial. *Revista Veja*, Edição n. 7, 23/10/1968, p. 14.

<sup>379</sup> Editorial. *Revista Veja*, Edição n. 7, 23/10/1968, p. 14.

<sup>380</sup> Editorial. *Revista Veja*, Edição n. 7, 23/10/1968, p. 14.



lado, e dos grupos subversivos, de outro, levariam a uma nova situação no Brasil: uma situação de combate com lados opostos entre os amigos da nação e os inimigos da nação.

Logo a seguir a revista já supõe respostas para as ondas de terrorismo, sempre usando discurso de uma das partes, nesse caso da oposição. A Revista *Veja* utiliza “vozes autorizadas” para demonstrar seu posicionamento, para justificar a ação da repressão.

Para o deputado federal Jamil Amidem, do Movimento Democrático Brasileiro, da Guanabara, a grande resposta ao terrorismo, será o endurecimento do Governo. [...] o terrorismo acabará por gerar uma reação igualmente violenta para reprimi-lo. Não haverá outro caminho para o Governo.<sup>381</sup>

A seguir, a revista apresenta ainda a opinião do arenista Cantídio Sampaio: para o deputado “sem uma repressão enérgica e eficaz, a insegurança e a desordem continuarão”. A revista mostra a opinião de um governista e de um oposicionista, quando os dois concordam que somente uma medida repressiva seria capaz de paralisar os grupos terroristas. É uma forma de justificar, por parte do governo, os Atos Institucionais. Assim, somente com medidas de repressão era possível atingir o inimigo.

A imagem que se construiu dos terroristas (inimigo) era que “um terrorista é sempre um fanático; por mais que a polícia procure impedir novos atos, por mais que guarde todas as ruas, o terror pode continuar. Se um terrorista sair à rua com uma bomba na maleta, disposto a morrer na explosão, nada se pode fazer”<sup>382</sup>. A ideia que se passava era que nenhum órgão de segurança seria capaz de parar os terroristas. Logo, a questão proposta pela revista era: “quem pode?”. Na opinião de *Veja*, era tempo do presidente Costa e Silva trazer tranquilidade a família brasileira. Para o deputado Último de Carvalho, o processo da mudança está nas mãos de Costa e Silva. O senador Oscar Passos acrescentou “quem poderia acabar com o terrorismo está se omitindo”<sup>383</sup>. Logo, de acordo com a revista, a solução para o fim dos atos estava nas mãos do presidente, pois a “revolução” havia escolhido seus inimigos, então era hora de eliminá-los. Ao se mencionar a família, seria possível mapear quem seriam, além do Estado, os beneficiários da nova ordem pacificada: a família. Além da pátria e da nação, a família era um daqueles conceitos que, no jogo das teses, antíteses e justaposições, aparecia como parte constituinte do “dentro”, daqueles que mereciam ser protegidos pelo Estado-nação.

Na própria capa da revista já havia informações que chamavam a atenção para o discurso de um imaginário de perigo. No dia 20 de novembro de 1968, a capa da revista traz a imagem de Carlos Marighela e logo abaixo “**PROCURA-SE MARIGHELA**” [grifo no original]. A cor

<sup>381</sup> Editorial. *Revista Veja*, Edição n. 7, 23/10/1968, p. 15.

<sup>382</sup> Editorial. *Revista Veja*, Edição n. 7, 23/10/1968, p. 17.

<sup>383</sup> Editorial. *Revista Veja*, Edição n. 7, 23/10/1968, p. 17.

vermelha parece ter dois objetivos: chamar a atenção do leitor e, em seguida, remeter-se a cor normalmente identificada com o comunismo. Assim, o grifo em vermelho é simbólico e representativo. Abaixo, a capa apresenta características ligadas à Marighela: “Chefe comunista - Crítico de futebol em Copacabana - Fã de cantadores de feira - Assaltante de bancos – Guerrilheiro - Grande apreciador de batidas de limão”<sup>384</sup>. É possível perceber que, entre características positivas e negativas, Marighela é reconhecido como uma pessoa comum. Desta forma, o inimigo não precisa ser, necessariamente, negativo. Conforme a definição de Schmitt, ele é apenas o outro. Por outro lado, se o inimigo partilha de certos traços da nacionalidade brasileira, qualquer indivíduo que partilhe desses traços pode ser um inimigo potencial. O estado de segurança nacional, desse modo, fica legitimado pela propaganda, que sugere a possibilidade de que o inimigo está em todos os lados e pode assumir contornos aparentemente inocentes.

Na reportagem a revista mostra que algumas forças estão unidas para prender aquele considerado o inimigo número um da Nação.

(...) o general Luís França da Guanabara – comanda uma investigação nacional, com carta branca do Marechal Costa e Silva para usar agentes do SNI e da Polícia Federal, além de polícias de todos os Estados, todos à caça dos ladrões subversivos.<sup>385</sup>

Há um superdimensionamento da revista em relação aos atos realizados pelos guerrilheiros, que são sempre chamados de terroristas ou subversivos. A reportagem faz uma comparação com uma ficção “na novela desta caçada não falta nada do que compõe um bom programa de televisão. Há assaltos espetaculares de homens com metralhadoras em bancos de todo país (...)”<sup>386</sup>.

Em relação a esses atos, a revista procura encontrar culpados: os inimigos da Nação. O imperativo categórico é identificar um culpado. “Há finalmente certos documentos atribuídos a Carlos Marighela que tornam bastante possível, se não a participação direta em assaltos a bancos e atos de terror, pelos menos sua inspiração e direção”<sup>387</sup>. O documento descreve como seria a atuação do grupo formado por Marighela: em primeiro lugar, formavam-se as bases, isto é, pequenos grupos de comunistas não filiados a partidos; em seguida, se passaria a arrecadação de fundos, de forma lícita ou ilícita. Por último, os inimigos recorreriam a atos espetaculares para chamar a atenção, abrindo caminho direto para a guerrilha.<sup>388</sup>

<sup>384</sup> Capa. *Revista Veja*, Edição n. 11, 20/11/1968, p. 1.

<sup>385</sup> A Caçada. *Revista Veja*, Edição n. 11, 20/11/1968, p. 15.

<sup>386</sup> A Caçada. *Revista Veja*, Edição n. 11, 20/11/1968, p. 15.

<sup>387</sup> A Caçada. *Revista Veja*, Edição n. 11, 20/11/1968, p. 15.

<sup>388</sup> A Caçada. *Revista Veja*, Edição n. 11, 20/11/1968, p. 17.



A seguir, a revista traz uma comparação entre a figura política de Marighela e a de Luís Carlos Prestes. Com o título “Um líder rápido” a publicação faz referência ao reconhecimento nacional destes dois líderes. Para a reportagem, Marighela obteve reconhecimento em todo o país rapidamente como um líder da esquerda, enquanto Luís Carlos Prestes não chegou a alcançar reconhecimento similar, embora se destacasse há muitos anos como uma referência política. A Revista *Veja* procura mostrar que Prestes também almejou o reconhecimento nacional quando atuou politicamente. É possível inferir, através da leitura da reportagem, que o reconhecimento político de Marighela derivava muito mais do imaginário criado em torno do seu nome como inimigo da nação do que de uma efetiva participação política.

Conforme compreende Roger Chartier, as representações do mundo social são construídas e, como tal, são determinadas pelos interesses de um grupo específico. Tais representações, baseadas na construção de imagens, procuram dar um tom de universalidade ao discurso, embora dependam justamente do grupo que os produz, bem como da posição em que se encontra este grupo. Neste sentido, o discurso da Revista *Veja* sobre o inimigo adquire importância fundamental: suas representações tendem “a impor uma autoridade à custa de outros, (...) a legitimar um projeto reformador ou a justificar as suas escolhas e condutas”<sup>389</sup>. Para o autor, as representações são lutas encabeçadas por um grupo específico que intenciona impor a sua concepção de mundo aos outros. Logo, tais lutas adquirem importância fundamental no estudo da estruturação dos discursos e da construção do imaginário.

Buscando a segurança e a ordem, os atos institucionais foram criados. Em 13 de dezembro de 1968 é baixado o Ato Institucional No. 5. O editorial do dia 18 de dezembro de 1968, o primeiro após o AI-5 ser institucionalizado, traz a sua própria justificativa: os atos institucionais seriam “meios necessários e instrumentos legais para, assegurando a ordem e tranquilidade, realizar os propósitos e os fins da Revolução de Março de 1964”<sup>390</sup>.

No dia cinco de fevereiro de 1969, passado um mês da instalação do ato institucional nº5, a revista traz uma reportagem com o título “Quem tem medo do ato?”<sup>391</sup>. O próprio texto responde a questão, com uma fala do Presidente Costa e Silva: “ninguém, de consciência ou de mãos limpas, tema o poder que, nas suas mãos, a Revolução o concentrou”<sup>392</sup>. Era a revolução responsável por trazer a paz ao país. Nesse sentido, tomava como sua responsabilidade também a eliminação dos inimigos internos da nação, que ameaçavam a ordem e a tranquilidade. A

<sup>389</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

<sup>390</sup> Revolução Ano Zero. *Revista Veja*, Edição n. 15, 18/12/1968, p. 16.

<sup>391</sup> Quem tem medo do ato? *Revista Veja*, Edição n. 22, 5/02/1969.

<sup>392</sup> Quem tem medo do ato? *Revista Veja*, Edição n. 22, 5/02/1969.

reportagem cita ainda a fala do General Lyra Tavares: “somente quem tem consciência de ser criminoso pode temer a ameaça da punição do crime, sobretudo se é corrupto ou subversivo”<sup>393</sup>. É possível depreender dois sentidos para essa afirmação: o primeiro, de que mesmo aquele que demonstrasse um temor diante de uma ameaça poderia ser considerado um corrupto ou subversivo, o que indicava uma culpabilidade prévia à ação; o segundo, de lançar para o medo a possibilidade de atribuir ao sujeito sua possibilidade de ser enquadrado em um ou outro delito num estado de exceção.

No dia 10 de setembro de 1969, *Veja* publicou um artigo sugestivo para interpretação. O próprio título já nos leva à reflexão: “Onde está o inimigo da Pátria?”<sup>394</sup>. A pergunta induz o leitor a pensar que tínhamos um inimigo e não sabíamos onde ele estava. Na sequência, o texto explica que seria mais fácil distinguir e combater o inimigo se ele estivesse do outro lado da fronteira, como um inimigo tradicionalmente construído. E indaga:

O que acontece, porém, se o inimigo mais perigoso estiver dentro do País, como o subversivo, que quer destruir as Forças Armadas e o regime político por meio da guerrilha no campo e na cidade, do roubo de bancos e quartéis e da propaganda política?<sup>395</sup>

Aqui há a utilização do inimigo como a figura má, perigosa, capaz de atos perigosos para atingir o seu objetivo. É importante salientar que, juntamente com o conceito de inimigo na revista, outros adjetivos aparecem a ele atrelados, tais como terrorista, subversivo ou até mesmo guerrilheiro. Essa citação ainda faz menção às Forças Armadas brasileiras que contavam, naquele momento, com o Exército, Marinha e Aeronáutica. Se o inimigo fosse externo não faltariam forças para impedir que adentrasse o país. Porém, o caso parecia ser diferente para os militares e para alguns órgãos da imprensa. O inimigo não era externo e isso o tornava ainda mais perigoso, porque ele agia dentro da própria Pátria, como uma negação da mesma. Ele atuava de forma organizada, atacando pontos-chaves no Brasil. O texto sugere o fechamento das fronteiras nacionais como forma de dificultar a fuga dos inimigos internos aos países vizinhos. No entanto, admite logo em seguida a impossibilidade de controlar de forma sistemática todas as fronteiras brasileiras. Conclui que uma ação totalmente sistemática seria impossível, pois os inimigos eram astutos e possuíam uma série de mecanismos de defesa, bem como esconderijos secretos. Logo, o texto sugere, de forma sutil que medidas tradicionais de segurança não podem e não devem ser utilizadas. Se o inimigo é astuto e é um inimigo interno, o texto permite ao leitor inferir a necessidade de medidas excepcionais para o combate desta ameaça.

<sup>393</sup> Quem tem medo do ato? *Revista Veja*, Edição n. 22, 5/02/1969.

<sup>394</sup> Onde está o inimigo da pátria? *Revista Veja*, Edição n. 53, 10/09/1969, p. 34-37.

<sup>395</sup> Onde está o inimigo da pátria? *Revista Veja*, Edição n. 53, 10/09/1969, p. 34.

Mas quem é o inimigo da pátria? A mesma reportagem responde: “Elencando os três adversários da Pátria – miséria, ameaça de fronteira e subversão - restam apenas os amigos de Guevara, Lênin e Mao contra a segurança nacional e as Forças Armadas”<sup>396</sup>. O inimigo aqui é caracterizado: todos aqueles que se agrupavam em torno das ideias de líderes relacionados ao comunismo. A própria Doutrina de Segurança Nacional passou por uma reelaboração na Escola Superior de Guerra para combater o inimigo. Lembrando Schmitt, as pessoas se agrupam em referência à possibilidade real amigo-inimigo. E ainda mais que quem detém a força de defesa do Estado é quem determina o inimigo. As próprias Forças Armadas se organizavam de forma a combater o inimigo interno tanto na terra, como no ar e no mar.

Relembrando Schmitt, o outro é o desconhecido e a diferenciação entre amigo e inimigo é necessária para balizar os graus de interação e de poder dentro da pluralidade política do Estado. Assim, toma corpo a necessidade da construção da imagem do inimigo e a atuação do regime nessa construção. Desta forma, a repressão não esteve aliada somente a tortura física: teve também ligação com a violência simbólica, difundida pelos órgãos de informação do regime e replicada pela imprensa como um todo. Em outras palavras, Caroline Bauer refere-se a um *terror ideológico* perpetrado pelos agentes do regime, cujo objetivo era definir os opositores e inimigos do regime. Para a autora, “primeiramente, as definições são mais restritivas e a repressão acaba atingindo um círculo mais limitado de opositores; posteriormente, esses conceitos tornam-se mais permeáveis e o aparato repressivo passa a combater um número maior de dissidentes”<sup>397</sup>.

### **A questão nacional em *Veja***

Além da Revista *Veja* fazer a representação de amigo-inimigo, podemos ainda perceber a questão nacional que também aparece nas reportagens, como a seguir veremos. Na coluna Bilhete do Rio, de autoria de Odylo Costa Filho do dia 10 de setembro de 1969 o autor apresenta uma breve reflexão sobre a imagem de Nação. Para o autor o instinto nacional está presente em cinco pontos. Primeiro: “na ligação do ontem ao hoje”, ou seja, a continuidade das origens daquilo que representa a Nação, segundo ponto, “no sentido geral e sem exclusões da solidariedade nacional entre o conjunto de famílias e indivíduos, entre as pessoas de qualquer raça, cor, riqueza, ofício ou roupa”. A segunda questão responde a definição de Nação. O terceiro aspecto “na necessidade de fazê-la cada vez mais integrado e mais unido esse conjunto”. O dever de fazer com que todos sintam-se brasileiros. Quarto, “na consciência do desenvolvimento, isto é, daquilo

---

<sup>396</sup> Onde está o inimigo da pátria? *Revista Veja*, Edição n. 53, 10/09/1969, p. 34.

<sup>397</sup> BAUER, Caroline Silveira. *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países*. 446 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação de História, Porto Alegre, 2011, p. 66.

que se conceituou como o vir a ser histórico a “nação” instintiva profunda do País foi, e virá a ser, o desenvolvimento”. O desenvolvimento como ferramenta para o crescimento da Nação. E por último e talvez mais importante do que tudo, “na confiança nas instituições permanentes”. Ou seja, elas serão as responsáveis por alavancar o progresso, a confiança nas instituições permanentes. Ao referir-se a instituições permanentes, o autor refere-se, certamente, às Forças Armadas e ao Comando Maior da Revolução.

Nesse momento, o inimigo torna-se nacional. E, a partir desta associação, é necessário combatê-lo. Conceitualmente, a nação é o objeto dos esforços do nacionalismo, portanto, é tida como uma invenção historicamente construída.<sup>398</sup> O surgimento da Nação tem como pano de fundo a constituição de um Estado. Tanto a nação quanto o nacionalismo possuem um caráter moderno, isto é, são produtos de processos modernos relacionados à burocracia, a secularização, a revolução e ao capitalismo.<sup>399</sup> Surge, portanto, a partir da efervescência da formação dos Estados-Nacionais na Europa em fins do século XVIII.

Para Anderson, a explicação do nacionalismo segue sendo motivo de prolongadas disputas. Todos os termos ligados ao fenômeno – nacionalismo, nação e nacionalidade – são difíceis de definir e mesmo de analisar. Por isso mesmo, o autor propõe uma definição: a nação seria uma comunidade política imaginada inerentemente limitada e soberana. A nação é imaginada porque os membros da nação jamais conhecerão todos os seus conterrâneos, embora mantenham viva a imagem de comunhão.<sup>400</sup> O autor demonstra ainda como a imprensa teve papel fundamental na vulgarização e na difusão da língua falada e na consolidação de uma língua nacional na Europa moderna. Para o autor, os leitores criaram um campo através do qual a imprensa formou o embrião da comunidade nacionalmente imaginada.<sup>401</sup> Assim, a imprensa ajudou a criar uma imagem de “antiguidade” fundamental para a ideia subjetiva de nação, difundindo ideias e conceitos fundamentais para a consolidação de um caráter nacional.

É nesse sentido que a *Revista Veja* acaba por se colocar: como difusora de um discurso essencialmente nacional que ambicionava a construção de imagens, reforçando a ideia de uma comunidade *imaginada*. Assim, esta comunidade deveria se mobilizar contra os inimigos da nação e tomar uma posição a favor da integridade nacional.

---

<sup>398</sup> Bilhete do Rio. *Revista Veja*, Edição n. 53, 10/09/1969.

<sup>399</sup> SMITH, Anthony D. O Nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org). *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 187.

<sup>400</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Reflexiones sobre el origen y la difusion del nacionalismo. Fondo de Cultura Económica, México. 1993, p. 23.

<sup>401</sup> \_\_\_\_\_. *Comunidades Imaginadas*, p. 73.

O movimento militar já no princípio definiu os amigos e dessa forma também os inimigos, uma simetria. Mesmo que eles fossem políticos seriam punidos da mesma forma, porque lembrando: o inimigo é todo aquele que é contrário e nesse caso os parlamentares que eram oposição ao regime seriam também punidos, alguns foram exilados, outros tiveram seus direitos políticos cassados de acordo com a vontade do presidente como por exemplo, Leonel Brizola e João Goulart.

Assim como a revista criou uma representação de inimigo nacional para Carlos Marighela, também o fez para Carlos Lamarca. Na edição do dia 21 de maio de 1969 a revista traz, na capa, a imagem de todos os astronautas da missão Apollo 10. Mas apresenta ainda uma lombada sugerindo outro assunto a tratar: “Revela-se o terror”, ou seja, vamos lhe apresentar o inimigo. Na reportagem, a revista traça as principais características de Lamarca, “ele é capaz de acertar uma laranja a 30 metros, com um tiro de revólver. Dirige automóvel com perícia, com o pé sempre no fundo. Fuma muito [...]”<sup>402</sup> Constatamos que Lamarca é descrito com características positivas, um homem dotado de habilidades. A reportagem ainda salienta que “Carlos Lamarca trocou a farda pela subversão”. Aqui novamente ressaltando Schmitt que definiu o inimigo, onde nem sempre são atribuídas características negativas, pelo contrário, são elencados pontos positivos, assim como quando a Revista *Veja* citou Marighela.

Através do discurso oficial, *Veja* incita continuamente a importância da população nas operações de combate aos guerrilheiros: “Torna-se, porém imprescindível a participação de todos no árduo combate a esse inimigo, que age no anonimato e traiçoeiramente”<sup>403</sup>. Retomava-se, nesse caso, o velho jargão do cidadão-soldado, que apareceu na retórica nacionalista já nos anos 20, por meio da Liga de Defesa Nacional<sup>404</sup> e de outros órgãos de difusão do nacionalismo brasileiro. E continua: “É preciso que o povo sinta a alta periculosidade dos elementos que estão tentando quebrar a ordem no País, e nos ajude dando informações e evitando que esses elementos se ocultem de nós”<sup>405</sup>.

<sup>402</sup> Ele Assalta em nome do Terror. *Revista Veja*, Edição n. 37, 21/05/1969, p. 18.

<sup>403</sup> Entrevista de técnicos militares, estudiosos e especialistas no combate à subversão e ao terrorismo. *Revista Veja*, Edição n. 48, 30/07/1969, p. 16.

<sup>404</sup> A Liga de Defesa Nacional foi criada em 1916, que tinha por objetivo "robustecer na opinião pública nacional um elevado sentimento de patriotismo" e que continua em vigor nos dias atuais. De acordo com Bilac, a defesa nacional ao qual alude o nome da Liga não se restringe ao aspecto puramente militar: passa pela necessidade do ensino público, pela melhor qualidade de vida da população e pela melhoria das condições sociais. Existem três pontos essenciais para a Liga: a necessidade da instrução pública generalizada à população, a organização do trabalho e a instrução cívica através das instituições militares. ver NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A Revista A Defesa Nacional e o Projeto de Modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)*. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em História, Porto Alegre, 2010, p. 90.

<sup>405</sup> Carta ao Leitor. *Revista Veja*, Edição n. 49, 13/07/1969, p. 15.

Na seção entrevista do dia primeiro de outubro de 1969, o General Meira Mattos, explicou as fases que segundo ele estaria passando o Brasil na chamada guerra revolucionária.<sup>406</sup>

Para Mattos,

Os exércitos ocidentais costumam dividir a guerra revolucionária em cinco fases, que são caracterizadas pelo tipo de ação subversiva desenvolvida nelas: 1) propaganda, controle e infiltração nos meios de comunicação- imprensa, agências do Governo – e administração pública; 2) além da propaganda, ações de resistência às autoridades – greves, ausência ao serviço, comícios e passeatas pacíficas; 3) todas as atividades anteriores mais terrorismo, praticado pelos elementos mais ousados através de bombas, explosões, sabotagens, roubo, sequestro; 4) guerrilhas buscando a criação dos “territórios livres” ou “zonas liberadas”; 5) formação do que chama de “Exército de Libertação Nacional”, quando a guerrilha já evoluiu e atua em grandes formações, quase como um exército regular em condições de ocupar o território conquistado e mantê-lo.<sup>407</sup>

A preocupação era que as guerrilhas tornassem mais violentas e agressivas, seguindo a sequência descrita pelo General, caso conseguissem o apoio da população. Por isso *Veja*, estava continuamente salientando a importância da população em não apoiar os movimentos revolucionários. Sempre mostrando o quão perigoso eram os terroristas, denegrindo a imagem do outro.

Nesse momento a “guerra revolucionária” representava um perigo ainda maior porque estava em fase de desenvolvimento. Para o General, a guerra revolucionária no Brasil encontrava-se na terceira fase. Ela tinha por objetivo dominar o adversário e impor-lhe a sua vontade. O general informa como o teórico da guerra revolucionária atuava: infiltrando seus elementos e convencendo a população de lutar ao seu lado. Essa era a maior preocupação da Revolução: o apoio da população. Logo, fica evidente que era preciso que as massas soubessem como agiam os terroristas, para que a mesma negasse apoio aos guerrilheiros.

A Revista *Veja* trouxe na edição do dia vinte e quatro de setembro de 1969 uma reportagem especial “As duas histórias da Revolução ou de como a guerra é a continuação da política, por outros meios”. Em subtítulo denominado “Leis e Revolução”, consta que

a Revolução tinha por inimigo – além dos subversivos de Jango, dos comandos sindicais e das organizações estudantis - um sistema político e jurídico estabelecido a dezenas de anos. E vacilava timidamente diante dele, sem saber

---

<sup>406</sup> Conforme Raquel Silva da Fonseca, podemos compreender que “A “guerra revolucionária” refere-se à tomada de poder pelo uso da força armada. Nem todo mundo aceita definição tão simples, e a expressão, de fato, tem outras conotações: que a tomada do poder se dá por um movimento político do povo ou um de base ampla; que tal tomada abarca um período de tempo razoavelmente longo de conflito armado; e que o poder é assumido para que seja levado a efeito um programa social e político bastante difundido. A expressão também implica alto grau de conscientização e que uma guerra revolucionária “está sendo travada.” Em FONSECA, Raquel Silva. *Guerré Revolutionnaire: fundamentos da doutrina e sua presença no Brasil (1958-1963)*. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2011. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011, p. 1-15.

<sup>407</sup> Entrevista General Mira Mattos. Revista *Veja*, Edição n. 56, 1/10/1969, p. 3.



se o destruía ou se encontrava uma fórmula de coexistência pacífica com o velho regime <sup>408</sup>.

Interessante perceber que neste trecho a Revista *Veja* deixa claro quem eram os inimigos: os ‘subversivos’ de Jango, os comandos sindicais e as organizações estudantis. Estes eram os inimigos contra quem se deveria lutar. Quando ela cita o “sistema político” que sistema seria esse? Seria o sistema republicano? Em nenhum momento ela especifica, não faz referência a um marco temporal, e nos remete a um tempo que não é mensurável.

A timidez foi desaparecendo no decorrer do tempo com a promulgação dos atos institucionais que de certa forma anulavam o antigo regime. O próprio AI-2 foi uma resposta para resolver os problemas jurídicos, pois o poder judiciário sofria intervenção direta do poder executivo. Além do mais o Conselho de Segurança Nacional (CSN), passou a ter papel fundamental na Revolução, incluindo como inimigos da pátria os inimigos da revolução, de acordo com a reportagem.

A edição 62, do dia doze de novembro de 1969, traz em sua capa a foto de Marighella morto, ao fundo da imagem os homens que o mataram. Olhando a imagem o que se vê em primeiro plano são os profissionais que o executaram só depois é possível visualizar a imagem do corpo e a pergunta “O terrorismo morreu com Marighella?”. A carta ao leitor mostra que *Veja* baseada em elementos concretos já sabia que Marighella seria preso ou morto. A mesma descreve as edições em que mostra que a mesma também esteve no rastro do “terrorista”. “Faz uma ano aliás que *VEJA* está na pista de Carlos Marighella: no número 11 de 20 de novembro de 1968 antecipávamos a escalada da subversão por ele comandada”<sup>409</sup>. A mesma descreve os passos do terror como se ela soubesse como seria a atuação dos mesmos.

A morte de Marighella, segundo a revista, demonstrou que os organismos responsáveis tinham atingido seus objetivos “(...) o fim do terrorismo, põe por terra pelo menos a impressão de uma estrutura sólida e imbatível da subversão”<sup>410</sup>. A tática para combater Marighella foi a mesma utilizada no combate aos “marginais comuns”, de acordo com a revista. Segundo um delegado do DOPS “quando a gente prende um malandro, ladrão ou assassino, enfim um bandido e a gente sabe que ele tem um companheiro, obrigamos o preso a nos levar até o barraco onde o outro mora”<sup>411</sup>.

<sup>408</sup> As duas histórias da Revolução. *Revista Veja*, Edição n. 55, 24/09/1969, p. 30.

<sup>409</sup> Carta ao Leitor. *Revista Veja*, Edição n. 62, 12/11/1969, p. 21.

<sup>410</sup> Estratégia para Matar o Terror, *Revista Veja*, Edição n. 62, 12/11/1969, p. 25.

<sup>411</sup> Estratégia para Matar o Terror, *Revista Veja*, Edição n. 62, 12/11/1969, p. 25. O DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) foi criado em 1924, utilizado principalmente durante o Estado Novo e mais tarde na Ditadura Militar, onde o objetivo era controlar movimentos contrários ao regime no poder.

Como fica claro na reportagem “o combate ao terror”. O que se compreende é que o esquema da repressão foi se articulando de forma a derrubar o inimigo. No decorrer da reportagem a revista retoma a construção do inimigo a partir de suas qualidades “ele era o líder mais importante, o único que reunia qualidades indispensáveis para comandar a subversão violenta. Tinha longa experiência de luta clandestina, possuía habilidade política” e ainda complementa “e era um homem de ação, que inspirava ação em seus comandos”<sup>412</sup>. Com sua morte a pergunta era quem iria substituir Carlos Marighella. O primeiro nome que se levantava era o de Carlos Lamarca, apesar de ser considerado pela revista como inexperiente e despreparado para a luta clandestina. A reportagem sugeria ainda Leonel Brizola e Onofre Pinto. Segundo a Revista, Brizola seria um apontado como substituto porque seus discursos defendiam decisões violentas para os problemas nacionais. Brizola, desde 1964, teria seu nome ligado a movimentos revolucionários, sobretudo àqueles ligados as tentativas de tomar o poder pela via da revolução.

Quando Jânio Quadros, então presidente do Brasil, renunciou a seu cargo quem deveria assumir o poder seria o vice-presidente João Goulart, porém algumas forças oposicionistas não queriam que ele assumisse. Então Brizola destacou-se como um líder na defesa da Constituição, Jango assumiu o poder sob a forma presidencialista só em janeiro de 1963 realizou-se um plebiscito onde a população escolheu pela volta do presidencialismo. Em março de 1964 com o golpe, Jango e Brizola exilaram-se, mas por parte da oposição havia um certo temor que essas lideranças tivessem envolvimento com os “terroristas” que estavam no Brasil.

A Revista *Veja* até cogitou a possibilidade Brizola ser o substituto de Marighella, mas mais tarde afirma “a Brizola são debitados os fracassos de duas tentativas de guerrilha rural: uma no Sul [...] e outra em Minas na Serra do Caparaó. Tais fatos o tornam desacreditado entre as esquerdas no Brasil”<sup>413</sup>

### **Conclusão**

A Revista *Veja* claramente criou um discurso de oposição, durante o período aqui analisado, entre o amigo e o inimigo da nação. Através de recursos discursivos, a revista elaborou a imagem do inimigo da nação e, com isso, atribuiu uma série de características a este inimigo: subversivo e terrorista, por um lado, e brasileiro e comum do outro. Assim, era possível ao leitor compreender que qualquer cidadão poderia ser um inimigo em potencial, ou seja, mesmo

---

<sup>412</sup> Estratégia para Matar o Terror, *Revista Veja*, Edição n. 62, 12/11/1969, p. 30.

<sup>413</sup> Estratégia para Matar o Terror, *Revista Veja*, Edição n. 62, 12/11/1969, p. 30.

caracteres definidores da nacionalidade brasileira – como gostar de futebol ou de caipirinha – poderiam caracterizar o inimigo.

Por outro lado, o discurso da revista atribui o símbolo maior ao inimigo: seu caráter comunista e a possibilidade real deste inimigo tomar o poder, ou ao menos, desestabilizar o país, com o objetivo de tomar o poder e instaurar o comunismo no Brasil. Para tanto, a revista se esforça na caracterização desta imagem, buscando em seguidas reportagens responder a pergunta: quem eram os inimigos da nação brasileira?

O discurso nacional é imprescindível neste momento: discursos de caráter nacionalista tendem a surgir justamente em momentos de crise na história com a reafirmação de certos caracteres nacionais. Buscam, com isso, a renovação ou a atualização de discursos, cujo objetivo final é instituir determinado ponto de vista. Amparados em Chartier e o uso das representações por determinadas elites, é possível compreender de forma mais clara o esforço empreendido pelos editores e jornalistas da Revista *Veja* durante o período aqui analisado na construção do inimigo nacional e sua representação.

Recebido em: 25/06/2013

Aceito em: 13/04/2014